

Prezado (a) candidato (a)

Coloque seu número de inscrição e nome no quadro abaixo:

Nº de Inscrição	Nome

LÍNGUA PORTUGUESA



INSTRUÇÃO: leia, atentamente, o texto a seguir e, com base nele, responda às questões de 01 a 10. Volte a ele sempre que julgar necessário.

Origem e significado do nome:

- O nome Ouro Preto foi adotado em 20 de maio de 1823, quando a antiga Vila Rica foi elevada à cidade. “Ouro Preto” vem do ouro escuro, recoberto com uma camada de óxido de ferro, encontrado na cidade. O primeiro nome da cidade foi Vila Rica. Depois, foi Vila Rica de Albuquerque, por causa do Capitão General Antônio de Albuquerque Coelho Carvalho, então governador das capitanias de Minas e São Paulo. Foi D. João V quem mandou retirar o “Albuquerque” do nome e adotou o “Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar”, para homenagear a padroeira da cidade.
- Ouro Preto nasceu sob o nome de Vila Rica, como resultado da épica aventura da colonização do interior brasileiro, que ocorreu no final do século XVII. Em 1698, saindo de Taubaté, São Paulo, a bandeira chefiada por Antônio Dias descortina o Itacolomi do alto da Serra do Ouro Preto, onde implanta a capela de São João. Ali, tem início o povoamento intenso do Vale do Tripui que, trinta anos depois, já possuía perto de 40 mil pessoas em mineração desordenada e sob a louca corrida pelo ouro de aluvião.
- Em 1711, dá-se o conflito emboaba, luta pela conquista de terras entre paulistas, portugueses e baianos. O Conde de Assumar, D. Pedro de Almeida, luta para

implantar em Vila Rica a cobrança do quinto, devido à Coroa e assumir o comando do território, fazendo de Felipe dos Santos sua primeira vítima, em 1720.

- Vila Rica cresce e exaure-se o ouro, mas cria uma civilização ímpar, com esplendor nas artes, nas letras e na política.
- A Inconfidência Mineira é o apogeu do pensamento político e faz mártires entre padres, militares, poetas e servidores públicos, liderados por Tiradentes.
- Com a Independência, recebe o nome de Ouro Preto e torna-se a capital de Minas até 1897. É instituída Patrimônio da Memória Nacional a partir de 1933 e tombada pelo IPHAN em 1938. Em 1980 é considerado Patrimônio cultural da Humanidade, pela UNESCO.
- O surgimento e apogeu da arte colonial em Minas Gerais - barroco mineiro - é um fenômeno inteiramente ligado à exploração do ouro, acontecido no século XVIII, que veio criar uma cultura dotada de características peculiares e uma singular visão do mundo.
- À medida que se expandia a atividade mineradora, o barroco explodia na riqueza de suas formas, na pompa e no fausto de suas solenidades religiosas e festas públicas, vindo marcar, de maneira definitiva, a sociedade que se constituiu na região.
- Ouro Preto - hoje Patrimônio Histórico Mundial - representa inquestionavelmente a síntese da arte colonial mineira, não apenas pela expressão de sua história, mas pelas excepcionalidade do acervo cultural que preservou.

Fonte: Secretaria de Cultura de Ouro Preto (texto adaptado)

QUESTÃO 01

O propósito comunicativo do texto: “ História de Ouro Preto” é sobretudo o de

- apresentar a cidade, contemplando nela aspectos geográficos positivos e negativos.
- divulgar atributos relacionados às histórias imaginárias de Ouro Preto.
- esclarecer sobre o significado e viagens de exploração do ouro nas minas gerais.
- informar de uma maneira objetiva os fatos históricos gradativos da cidade.

QUESTÃO 02

Analise os seguintes trechos retirados do texto:

- I. Ouro Preto nasceu **sob** o nome de Vila Rica, como resultado da épica aventura da colonização do interior brasileiro, que ocorreu no final do século XVII.
- II. Em 1711, **dá-se** o conflito emboaba, luta pela conquista de terras entre paulistas, portugueses e baianos.
- III. Vila Rica cresce e exaure-se o ouro, mas cria uma civilização ímpar, com esplendor nas artes, **nas** letras e na política.
- IV. Ouro Preto - **hoje Patrimônio Histórico Mundial** - representa inquestionavelmente a síntese da arte colonial mineira, não apenas pela expressão de sua história, mas pelas excepcionalidades do acervo cultural que preservou.

As frases em que o vocábulo ou expressão grifada pode ser retirada, sem que haja alteração de sentido no texto, são.

- a) apenas as frases I e II.
- b) apenas as frases II e III.
- c) apenas as frases III e IV.
- d) apenas as frases I e IV.

QUESTÃO 03

Para o desenvolvimento do texto, o articulador faz uso de vários recursos, **EXCETO** de

- a) dados históricos.
- b) inserção de discurso direto.
- c) fatos relevantes para a formação histórica.
- d) relato de acontecimentos.

QUESTÃO 04

Baseando-se na estruturação do texto, a **CORRETA** ordenação dos parágrafos se deu por meio de (da)

- a) tempo e espaço, de maneira a contextualizar os fatos narrados.
- b) contraste e paralelo, o que visa explicitar ideias não reveladas.
- c) exemplificação, para dar suporte um ponto de vista apresentado, anteriormente.
- d) apresentação de razões, uma vez que há vozes credenciadas no contexto.

QUESTÃO 05

Em todas as alternativas, o termo sublinhado refere-se a uma palavra ou a uma expressão que o antecede no texto, **EXCETO**:

- a) “Ouro Preto” vem do ouro escuro, **recoberto** com uma camada de óxido de ferro, encontrado na cidade.
- b) Foi D. João V **quem** mandou retirar o “Albuquerque” do nome e adotou o “Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar”, para homenagear a padroeira da cidade.
- c) Em 1980 é considerado Patrimônio cultural da Humanidade, **pela** UNESCO.
- d) Ouro Preto nasceu sob o nome de Vila Rica, como resultado da épica aventura da colonização do interior brasileiro, **que** ocorreu no final do século XVII.

QUESTÃO 06

A linguagem utilizada no contexto, sobre a origem e significado do nome de Ouro Preto, no 1º §, pode ser considerada

- a) conotada, uma vez que se articula em um contexto literário.
- b) denotada, pois se assemelha a de um dicionário.
- c) informal, porque há indícios de incorreções gramaticais.
- d) prolixa, já que se articula em um contexto científico.

QUESTÃO 07

Assinale a alternativa em que a circunstância a que remete o termo sublinhado está **INCORRETAMENTE** indicada entre colchetes.

- a) **À medida que** se expandia a atividade mineradora, o barroco explodia na riqueza de suas formas, na pompa e no fausto de suas solenidades religiosas e festas públicas, vindo marcar, de maneira definitiva, a sociedade que se constituiu na região. **[TEMPO]**.
- b) Foi D. João V quem mandou retirar o “Albuquerque” do nome e adotou a “Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar”, **para** homenagear a padroeira da cidade. **[FINAL]**.
- c) Vila Rica cresce e exaure-se o ouro, **mas** cria uma civilização ímpar, com esplendor nas artes, nas letras e na política. **[ADVERSIDADE]**.
- d) A Inconfidência Mineira é o apogeu do pensamento político **e** faz mártires entre padres, militares, poetas e servidores públicos, liderados por Tiradentes. **[ADITIVA]**.

QUESTÃO 08

Releia o fragmento:

Foi D. João V quem mandou retirar o “Albuquerque” do nome e adotou o “Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar”, para homenagear a padroeira da cidade.

Inferre-se que os articuladores destacados se referem à classe gramatical do (a)

- a) pronome.
- b) preposição.
- c) conjunção.
- d) artigo.

QUESTÃO 09

Classifica-se o texto como, predominantemente

- a) instrucional, pois prescreve o fato, no qual ocorreu a temática.
- b) descritivo, tendo em vista o caráter imagético das ideias expostas.
- c) narrativo, uma vez que enfoca fatos com marcas de temporalidade.
- d) opinativo, porque apresenta fatos e o articulador se apresenta em 1ª pessoa.

QUESTÃO 10

Baseando-se no emprego dos sinais de pontuação, analise as informações a seguir:

- I. As aspas no primeiro parágrafo foram utilizadas com o objetivo de acentuar o valor significativo das palavras.
- II. O uso dos travessões no sétimo parágrafo denota explicação e tem a função análoga dos parênteses.
- III. As vírgulas no quinto parágrafo foram, respectivamente, utilizadas para enumerar substantivos comuns e separar um aposto.

Marque a alternativa **CORRETA**.

- a) as informações I, II e III estão corretas.
- b) apenas as informações I e II estão corretas.
- c) apenas as informações I e III estão corretas.
- d) apenas a informação III está correta.

LEI ORGÂNICA**QUESTÃO 11**

Analise as assertivas abaixo e marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) servidor público é a pessoa legalmente investida em cargo público e que presta serviços aos poderes do município, excluindo as autarquias e fundações.
- b) os cargos públicos são criados por lei.
- c) os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, salvo disposição legal em contrário.
- d) é proibido o exercício gratuito de cargo público, ressalvados os casos previstos em lei.

QUESTÃO 12

É um dos requisitos básicos para provimento de cargo e emprego público, **EXCETO**:

- a) idade mínima de 18 (dezoito) anos.
- b) estar em dia com obrigações militares.
- c) estar em dia com obrigações eleitorais.
- d) ser necessariamente brasileiro nato.

ESTATUTO DO SERVIDOR

A PROVA EM QUESTÃO RETRATA ASPECTOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 02/2000, O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS CIVIS DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

QUESTÃO 13

Avalie e assinale o conceito **CORRETO** sobre o serviço público em Ouro Preto/MG:

- a) é considerado servidor público a pessoa legalmente investida em cargo público e que presta serviços junto aos poderes do Município de Ouro Preto, incluindo autarquias, mas não fundações e empresas públicas.
- b) cargo público é a ocupação funcional unitária que prevê direitos e obrigações expressas em lei.
- c) os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros e estrangeiros, excetuados o de chefe do executivo municipal e de guarda municipal, restrito a brasileiro nato.
- d) os cargos em comissão de recrutamento limitado apenas serão providos por servidores efetivos, para atribuições de chefia, direção e assessoramento.

QUESTÃO 14

Coloque **(V)** para as afirmativas **Verdadeiras** ou **(F)** para as afirmativas **Falsas**.

- () o estágio probatório para cargos públicos municipais efetivos será de 2 anos consecutivos.
- () no estágio probatório serão avaliadas a produtividade, a disciplina e a capacidade de iniciativa do servidor, fora outros aspectos.
- () o chefe que inobservar as responsabilidades atinentes ao estágio probatório de seus subordinados poderá ser destituído de sua função de chefia.
- () além de percorrer o estágio probatório, o profissional será estável se for considerado apto por uma comissão especial.

Marque a sequência **CORRETA**, na ordem de cima para baixo.

- a) F, V, V, V.
- b) F, F, V, F.
- c) V, V, V, V.
- d) V, F, F, V.

QUESTÃO 15

Analise as afirmativas abaixo.

- I. a readaptação é a realocação de servidores públicos estáveis com problemas físicos ou psíquicos em serviço compatível com sua vontade.
- II. a readaptação é medida que visa aumentar a eficiência do serviço público, a partir do melhor emprego do servidor.
- III. a readaptação será ato de ofício ou a pedido e não se operará, quando o servidor for incapaz de exercer outro cargo.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) as afirmativas I, II e III estão incorretas.
- c) apenas uma afirmativa está correta.
- d) apenas uma afirmativa está incorreta.

PROVA PLANO DIRETOR

QUESTÃO 16

Analise as assertivas abaixo sobre o Plano Diretor do Município de Ouro Preto:

- I) o Plano Diretor do Município de Ouro Preto constitui-se no principal instrumento norteador das ações dos agentes públicos e privados no território municipal.
- II) o Plano Diretor do Município de Ouro Preto incorpora o princípio de sustentabilidade.
- III) o Plano Diretor do Município de Ouro Preto incorpora os princípios de compatibilidade e equidade nas ações.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) apenas uma assertiva está correta.
- b) apenas duas assertivas estão corretas.
- c) as assertivas I, II e III estão corretas.
- d) as assertivas I, II e III estão incorretas.

QUESTÃO 17

Não constitui função social da cidade de Ouro Preto garantir:

- a) a gestão democrática do Município de Ouro Preto.
- b) a universalização do acesso ao trabalho.
- c) o transporte particular.
- d) a proteção do patrimônio.

QUESTÃO 18

Analise as assertivas abaixo e marque a opção **INCORRETA** em relação às ações realizadas pelo Poder Público Municipal de Ouro Preto nas áreas de risco.

- a) controlar a ocupação e o adensamento do solo.
- b) incentivar o emprego para a população.
- c) executar obras de contenção de terrenos.
- d) implementar programas de remanejamento de assentamentos.

PROVA DE LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

QUESTÃO 19

Estão sujeitas às disposições da Lei Complementar n.º 93 sobre normas e condições para o parcelamento, a ocupação e o uso do solo urbano no Município de Ouro Preto, **EXCETO**:

- a) a execução de obras de edificações.
- b) a determinação da localização de usos.
- c) a execução de obras de edificações em área de estacionamento.
- d) a autorização de instituição de Contribuição para custeio de Iluminação Pública.

QUESTÃO 20

Analisar as assertivas abaixo sobre a Lei Complementar n.º 93 de 20 de Janeiro de 2011, do Município de Ouro Preto:

- I. Nos loteamentos, é obrigatória a transferência ao Município de Ouro Preto, de no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da área total do imóvel objeto de parcelamento, para instalação de equipamentos urbanos e comunitários, sistema de circulação, áreas verdes e espaços livres de uso público.
- II. Equipamentos urbanos são aqueles destinados a abastecimento de água, serviço de esgotos, energia

elétrica, coleta de águas pluviais, gás canalizado e redes de telecomunicações.

- III. Parcelamento vinculado é aquele em que ocorre aprovação simultânea do parcelamento e da edificação, em função da necessidade de análise e de estudos detalhados da repercussão do empreendimento sobre o meio urbano.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) as assertivas I, II e III estão corretas.
- b) as assertivas I, II e III estão incorretas.
- c) apenas uma assertiva está correta.
- d) apenas duas assertivas estão corretas.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – PROCURADOR MUNICIPAL

Leia, atentamente, o texto abaixo para responder às questões 21 e 22.

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

QUESTÃO 21

O texto em questão é o preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Analise as alternativas e escolha a que revela de maneira mais apropriada a linha do Estado Brasileiro.

- a) a Constituição de 1988 se tornou no documento mais importante para a implementação da Igualdade e da Justiça. A partir dela, o Estado e o Cidadão foram socialmente reposicionados, de maneira que, diante do Poder Judiciário não há mais distinções jurídicas entre um e outro.
- b) o preâmbulo tem uma finalidade muito mais política do que jurídica, tanto que algumas das colocações textualizadas são meramente propositivas, enquanto outras possuem limitações práticas essenciais, de acordo com algumas normas constitucionais e infraconstitucionais, mas é utilizável como argumento jurídico em processos constitucionais.
- c) o preâmbulo não é uma norma jurídica, não faz parte realmente da Constituição Federal de 1988 e, por isso, não pode ser aplicado de maneira alguma pelo Judiciário Brasileiro.
- d) por meio do preâmbulo, o Constituinte definiu o Estado Brasileiro como uma Democracia Pluralista e, nesse sentido, reservou garantias irrestritas para que as pessoas exerçam seus direitos.

QUESTÃO 22

Analisar as alternativas abaixo e assinalar a que traduz o espírito da Constituição Brasileira.

- a) o Estado Brasileiro assumiu, desde 1988, sua vertente democrática, tendo na participação direta do cidadão o grande marco para a formação de um ordenamento jurídico determinante dos rumos da sociedade.
- b) a Democracia Brasileira é, desde 1988, exercida apenas de maneira representativa, ou seja, por meio de representantes eleitos em eleições pluralistas.
- c) o Estado Brasileiro consagrou uma forma específica de Democracia, que possui regras delineadas e formalidades importantes para seu exercício. As regras são, ao mesmo tempo, limitações e segurança para o respeito aos direitos.
- d) o Direito Brasileiro é Democrático, ou seja, o cidadão possui capacidade para criar todas as regras essenciais para o desenvolvimento da vida em comum, o que é fundamental para que um Estado de Direito Democrático se torne a realidade do país.

QUESTÃO 23

Sobre os precatórios, é lícito dizer que

- a) é vedado o pagamento de créditos devidos pela Fazenda Municipal, em virtude de sentença judiciária, fora da ordem cronológica de apresentação.
- b) há exceções específicas em relação ao pagamento de precatórios na ordem cronológica de apresentação. O pagamento dos débitos de natureza alimentícia do servidor público em atividade tem prioridade sobre todos os demais créditos.
- c) é lícito o abatimento dos valores correspondentes aos débitos líquidos e certos, inscritos em dívida ativa contra o credor original pelas Fazendas Públicas.
- d) o Presidente do Tribunal competente para o pagamento que retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorrerá em crime de responsabilidade.

QUESTÃO 24

O artigo 102 da Constituição Federal elenca as competências originárias do Supremo Tribunal Federal, dentre elas:

- a) ação Direta de Inconstitucionalidade de Lei e os Mandados de Injunção.
- b) as causas que envolvam a União e os Estados e os Mandados de Injunção.
- c) ação Direta de Inconstitucionalidade de Lei e as infrações penais comuns do Presidente da República e dos Ministros de Estado.
- d) as causas que envolvam a União e os Estados e as infrações penais comuns do Presidente da República e Governadores dos Estados.

QUESTÃO 25

Analise as afirmativas abaixo.

- I. As taxas e impostos terão caráter pessoal, mas não podem ter a mesma base de cálculo.
- II. A União e os Estados poderão instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais, no âmbito de suas competências.
- III. Por lei complementar, o Poder Público pode conferir tratamento diferenciado às microempresas.

Marque a alternativa **CORRETA**.

- a) as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) as afirmativas I, II e III estão erradas.
- c) apenas uma afirmativa está errada.
- d) apenas uma afirmativa está correta.

QUESTÃO 26

Sobre a Administração Pública e o Serviço Público, é importante saber que

- a) órgãos da Administração Pública Indireta poderão ampliar sua autonomia gerencial orçamentária mediante concorrência pública firmada perante o Poder Público.
- b) é dever da Administração Pública regulamentar formas de participação popular, incluindo a oportunidade de reclamar da qualidade dos serviços prestados ao cidadão.
- c) é vedado acúmulo de dois cargos públicos, exceto no que condiz ao exercício de função cumulada com o exercício da docência.
- d) os cargos, empregos e funções públicas, exceto a de chefe do executivo federal, são acessíveis por brasileiros natos, naturalizados ou estrangeiros.

QUESTÃO 27

Coloque **(V)** para as afirmativas **Verdadeiras** ou **(F)** para as afirmativas **Falsas**.

- () o controle externo das Câmaras Municipais será exercido pelos Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios (se existirem).
- () as contas municipais devem permanecer, anualmente, por 45 dias em aberto para que os contribuintes possam questionar sua legitimidade.
- () a improbidade administrativa importará na suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário dos valores apurados em processo, sem prejuízo da ação penal.
- () são bens públicos de uso especial e objetos de direito pessoal ou real da Administração Pública os destinados a serviço ou ao estabelecimento do órgão.

Marque a alternativa com a sequência **CORRETA**, na ordem de cima para baixo.

- a) V, F, V, F.
- b) F, F, V, F.
- c) V, F, F, V.
- d) F, F, V, V.

QUESTÃO 28

Sobre a Lei de Licitações (Lei Fed 8.666/93), analise o texto abaixo:

“Obras e serviços apenas podem ser licitados quando o Poder Público houver aprovado o projeto executivo junto às autoridades competentes e o disponibilize exame das empresas interessadas, com orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de custos unitários e previsão de recursos orçamentários para o exercício financeiro, desde que o produto esperado esteja incluído na Lei Orgânica do Município”.

Assinale a alternativa, que analisa, com maior rigor jurídico, a afirmativa acima:

- a) a afirmativa em questão está completamente correta, de acordo com os preceitos da Lei Federal 8.666/93.
- b) a afirmativa em questão está correta ao retratar a importância do projeto executivo para a abertura do certame e com a previsão de recursos orçamentários, mas está incorreta ao relacionar o produto à Lei Orgânica Municipal.
- c) a afirmativa em questão está incorreta ao relacionar a importância do projeto executivo para a abertura do certame e em relacionar o produto à Lei Orgânica, mas está certa em relação à previsão de recursos orçamentários.
- d) a afirmativa em questão está em completo desacordo com a Lei Federal 8.666/93.

QUESTÃO 29

Sobre a Lei de Licitações, especificamente sobre obras e serviços, é importante salientar que

- a) o autor do projeto básico ou executivo não pode participar o certame licitatório, exceto como agente de fiscalização do tomador da obra ou serviço.
- b) a Administração pode incluir o projeto executivo como parte do objeto da licitação, desde que o autor do projeto básico participe da execução da obra.
- c) é admissível que a empresa que elabore o projeto básico participe em consórcio com outras empresas da prestação do serviço, desde que não tenha mais de cinco por cento do resultado final das operações.
- d) os projetos básicos e executivos de obras e serviços deverão contemplar a economia na segurança, a viabilidade do emprego de matéria-prima regionalizada, impacto ambiental e retorno financeiro da empreitada, dentre outros fatores.

QUESTÃO 30

Sobre a alienação de bens públicos, é importante esclarecer que

- a) quanto aos bens Imóveis, apenas podem ser feitas por meio de licitação.
- b) quanto aos bens Móveis, apenas é dispensável a licitação no caso da venda de ações junto à bolsa de valores.
- c) quanto aos bens Móveis, também podem ser permutados com bens particulares, mediante avaliação da conveniência o oportunidade da Administração Pública, sem a exigência de licitação.
- d) quanto aos Imóveis, pode ser feita sem licitação, para permuta com imóveis adequados à realização de atividades precípuas da Administração Pública.

QUESTÃO 31

Analise as afirmações abaixo:

- I. No julgamento das propostas em uma licitação na modalidade menor preço não há possibilidade da comissão julgadora avaliar a proposta técnica e sim o quantum apresentado pelas empresas, sendo declarada a que fizer a menor proposta.
- II. No caso de alienação de bens, concessão de direito real de uso e contratação consorcial de serviços poderá ser utilizada a modalidade de licitação poderá ser de maior lance ou oferta.
- III. A anulação do processo licitatório jamais gera direito de indenização ao licitante.

Marque a alternativa **CORRETA**.

- a) apenas uma afirmativa está correta.
- b) apenas uma afirmativa está errada.
- c) as afirmativas I, II e III estão corretas.
- d) as afirmativas I, II e III estão incorretas.

Leia, atentamente o texto a seguir que está expresso na Lei Complementar nº 101/07, para responder às questões 32 e 33.

“...A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar...”

QUESTÃO 32

Baseando-se no texto acima, analise as afirmativas abaixo.

- I. A concessão benefício tributário que incorra em renúncia de receita apenas poderá ser aprovada mediante estudo de impacto orçamentário-financeiro no exercício de início e nos dois subsequentes.
- II. Por exemplo, a renúncia fiscal compreende a anistia, a remissão e o crédito presumido, além de outros benefícios que correspondam tratamento diferenciado
- III. A renúncia fiscal não deve prejudicar as metas de resultados fiscais ou prever medidas de compensação

Marque a opção **CORRETA**:

- a) apenas uma afirmativa está correta.
- b) apenas uma afirmativa está errada.
- c) as afirmativas I, II e III estão corretas.
- d) as afirmativas I, II e III estão incorretas.

QUESTÃO 33

Baseando-se no texto acima, coloque **(V)** para as afirmativas **Verdadeiras** ou **(F)** para as afirmativas **Falsas**.

- () a dotação específica faz uma despesa se tornar adequada aos preceitos legais.
- () as despesas devem ser compatíveis com o plano plurianual e também podem ser adequadas se abrangidas por créditos genéricos.
- () são despesas deletérias as derivadas de lei que fixem a obrigação legal por um período superior a três exercícios e determinem aumento de receita.
- () atos que criem despesas devem necessariamente expressar a origem dos recursos a serem empregados.

Marque a alternativa com a sequência **CORRETA**, na ordem de cima para baixo.

- a) V, F, V, F.
- b) V, V, V, V.
- c) F, V, F, V.
- d) V, V, F, V.

QUESTÃO 34

O Código de Defesa do Consumidor prevê o exercício do Poder de Polícia por parte dos municípios em relação ao tratamento oferecido por empresas. Nesse sentido, é importante esclarecer que

- a) a competência de fiscalização do município não atinge a publicidade de produtos e serviços, em razão da competência privativa da União.
- b) as prefeituras podem multar estabelecimento em funcionamento irregular, mas as revogações de concessões precisam de processo junto ao Poder Judiciário.
- c) a pena de cassação de alvará de licença ocorrerá sempre em respeito ao direito de ampla defesa e apenas será aplicada na reincidência de faltas de maior gravidade.
- d) o Poder de Polícia do Município em relação ao Código de Defesa do Consumidor não permite que o as Prefeituras criem estruturas próprias para análise regional das relações e normas de consumo, bem como de notificar comerciantes para o esclarecimento de problemas na distribuição de produtos.

Leia, atentamente, o texto abaixo para responder às questões 35 e 36.

“...O Fundo de Participação dos Municípios é uma transferência constitucional (CF, Art. 159, I, b)... Os critérios atualmente utilizados para o cálculo dos coeficientes de participação dos Municípios estão baseados na Lei n.º. 5.172/66 (Código Tributário Nacional) e no Decreto-Lei N.º 1.881/81...”

http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos_municipais/repasso_receita/informacoes/fpm.htm

QUESTÃO 35

É importante saber que pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM):

- a) a União distribui aos Municípios recursos oriundos da arrecadação de Imposto sobre Produtos Industrializados, Imposto de Renda e do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.
- b) parte do Imposto de Renda é destinado aos Municípios, excluindo parte atinente às obrigações de sua dívida pública e sobre os proventos dos servidores municipais e das autarquias.
- c) o Banco Central é responsável direto pelo recolhimento dos recursos ao FPM, assim que o produto da arrecadação seja computado na receita na União e comunicará mensalmente os valores depositados para consulta dos municípios.
- d) apenas 20% do total dos recursos será destinada às Capitais dos Estados e 80% às demais cidades e a distribuição ocorrerá de acordo com os indicadores de população e economia fornecidos pelo IBGE e apurados pela Receita Federal, por ocasião da arrecadação de Impostos.

QUESTÃO 36

Sobre os Fundos de Participação do Município, é importante salientar que

- a) o Cálculo dos coeficientes do repasse é realizado pelos Tribunais de Contas dos Estados, que comunicam o Tribunal de Contas da União e ao Banco Central, para criação de um cronograma de desembolso.
- b) metade dos recursos provenientes do repasse são previamente vinculados e devem ser gastos com projetos sociais dos municípios, sendo proibido e passível de punição administrativa e penal a aplicação diversa.
- c) a negativa de aprovação das contas municipais pela câmara municipal é motivo para que o Tribunal de Contas da União suspenda os repasses do FPM.
- d) o Banco Central depositará até o primeiro dia de cada mês os valores apurados, em contas especiais abertas junto ao Banco do Brasil, para a movimentação dos municípios.

QUESTÃO 37

Analise as afirmações abaixo como Verdadeiras (**V**) ou Falsas (**F**).

- () os administradores responderão pelos abusos nos atos de gestão comercial das empresas públicas como autoridades coatoras, sob o rito o Mandado de Segurança.
- () não cabe a impetração de Mandado de Segurança contra qualquer ato administrativo que admita recurso.
- () depois do despacho na petição inicial, é inadmissível o ingresso de litisconsorte no pólo ativo do Mandado de Segurança.
- () o Juiz jamais poderá decidir sobre o mérito sem contar com o parecer do Ministério Público.

Marque a alternativa com a sequência **CORRETA**, na ordem de cima para baixo.

- a) F, F, V, F.
- b) V, F, F, V.
- c) F, V, V, F.
- d) V, V, V, F.

QUESTÃO 38

As partes tem limites para a realização de contratos, sejam administrativos, sejam de origem privada. Naturalmente, os contratos administrativos possuem um número maior de limitações do que ao particular, pois enquanto ao particular é lícito aquilo que a lei não prevê, ao Estado apenas é lícito aquilo que a lei determina. Nesse sentido, os contratos entre os particulares **NÃO** permitem apenas que

- a) as cláusulas em contratos de adesão sejam interpretadas de maneira mais favorável ao aderente, no caso de ambiguidade.
- b) a pessoa que prometer fato de terceiro responda por perdas e danos diante da inexecução de sua parte
- c) as partes, por cláusula expressa, reforcem ou excluam a responsabilidade pela evicção.
- d) a hasta pública proteja o alienante pela evicção.

QUESTÃO 39

Sobre as nulidades no processo civil, é fundamental saber que

- a) os atos realizados sem a observação da forma legal deverão ser anulados.
- b) a preclusão do direito de alegação da nulidade de ato para a parte que não o praticou ocorre invariavelmente na primeira oportunidade em que deve se manifestar nos autos.
- c) os atos anulados não poderão ser refeitos.
- d) quando a anulabilidade de um ato não for uma providência determinada em lei, ao atingir sua finalidade, se torna legítimo o ato feito sem o resguardo da formalidade.

QUESTÃO 40

Para muitos, a sentença é o ato mais importante, praticado pelo juiz, durante o processo. Ela contém alguns requisitos e formalidades essenciais, sob pena de ser questionada pelas partes. Sobre a sentença, está **ERRADA**:

- a) a sentença é composta por três partes, sendo uma delas o relatório, a outros o compêndio de fundamentos e, finalmente, o dispositivo, que conterà a decisão final do processo.
- b) no caso de entrega de coisa determinada pelo gênero e quantidade, o juiz determinará hora e dia para que o credor faça a escolha.
- c) ainda que o credor possa promover a execução provisória da sentença em ação de pagamento de dinheiro, esta produzirá a hipoteca judiciária.
- d) não faz coisa julgada a verdade dos fatos, como fundamento da sentença.